



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Herveiras
Poder Executivo

PROJETO DE LEI N.º 011/E/24, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

Autoriza o Poder Executivo a contratar um Secretário de Escola, e dá outras providências.

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar contratação temporária, de excepcional interesse público e em caráter emergencial, de um Secretário de Escola.

Art. 2.º - O contrato previsto no artigo anterior terá vigência a contar da promulgação da presente Lei até 27 de dezembro de 2024.

Parágrafo único - O contrato firmado com base na presente Lei poderá ser rescindido antes do término do prazo de sua vigência, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

Art. 3.º - O regime de trabalho, para a contratação emergencial, será de 40 (quarenta) horas semanais, e as atribuições da função de acordo com o anexo único, que é parte integrante da presente Lei.

Art. 4.º - O salário a ser pago no período é o fixado para o Padrão 3, classe A, correspondendo de R\$ 1.444,00 (um mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais) mensais.

Art. 5.º - O contrato de que trata a presente Lei será de natureza administrativa, ficando assegurados ao contratado os direitos previstos no artigo 196, da Lei Complementar n.º 001, de 19 de novembro de 2001 – Regime Jurídico dos Servidores Municipais.

Art. 6.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 16 de fevereiro de 2024.

Nazario Rubi Kuentzer
Prefeito Municipal



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Herveiras
Poder Executivo

PROJETO DE LEI N.º 011/E/24, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

ANEXO ÚNICO

Categoria Funcional: Secretário de Escola

Padrão de Vencimento: 03 (três)

Atribuições:

Supervisionar os serviços de secretaria de estabelecimento de ensino, de acordo com a orientação superior; manter atualizados os assentamentos referentes ao corpo docente; manter cadastro dos alunos; manter em dia a escrituração da unidade escolar; organizar e manter atualizados prontuários de legislação referentes ao ensino; prestar informações e fornecer dados referentes ao ensino às autoridades escolares; extrair certidões e elaborar ofícios, memorandos e outros similares; escriturar os livros, fichas e demais documentos que se refiram às notas e médias dos alunos, efetuando em época hábil os cálculos de apuração dos resultados finais; preencher boletins estatísticos; preparar ou revisar dados para elaboração de pagamento e de listas de exames, e outros; participar na formação da escala de horários das aulas; preparar o material referente à realização de exames; arquivar recortes e publicações de interesse para o estabelecimento de ensino; lavrar e assinar atas em geral; elaborar modelos de certificados e de diplomas a serem expedidos pela unidade escola; receber, redigir e expedir correspondências em geral; elaborar e distribuir boletins de notas, histórico escolar e outros similares; lavrar termos de abertura e de encerramento dos livros de escrituração escolar; redigir e subscrever, de ordem da direção, editais de chamada para exames, matrículas e outros similares; encarregar-se da publicação e controle de avisos em geral; orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares; executar outras tarefas correlatas.

Condições de Trabalho:

a) Geral: carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Requisitos para o Provimento:

a) Idade: mínima de 18 anos;

b) Instrução: Ensino Médio.



Estado do Rio Grande do Sul
Município de Herveiras
Poder Executivo

PROJETO DE LEI N.º 011/E/24, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2024.

Justificativa

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Anexo, encaminho para apreciação dos Nobres Vereadores, o **Projeto de Lei n.º 011/E/24**, que autoriza o Poder Executivo a contratar um Secretário de Escola, e dá outras providências.

A contratação ora proposta se faz necessária para dar atendimento às demandas na EMEFs Maurício Cardoso e General Osório, escolas essas que não possuem secretários escolares nomeados. Cabe ressaltar que a Secretária de Escola ocupante de cargo efetivo, que fazia o atendimento na EMEF Mauricio Cardoso, pediu exoneração no ano de 2022.

O presente projeto de lei segue acompanhado de estimativa de impacto orçamentário - financeiro, demonstrando a projeção dos gastos com pessoal, resultantes da contratação ora proposta, estando assim em conformidade com art. 16 da Lei Complementar 101/2000.

Cabe informar que, para efetivar a contratação, a Administração abriu Processo Seletivo Simplificado, atendendo, assim, recomendação do TCE/RS.

Diante dos motivos expostos, conto com a sensibilização dos Nobres Vereadores para apreciação e aprovação do presente, visando possibilitar a contratação com a maior brevidade possível.

Nazario Rubi Kuentzer
Prefeito Municipal